



3309 - Trabalho Completo - 2ª Reunião Científica Regional Norte da ANPEd (2018)
GT02/GT 17 - História da Educação e Filosofia da Educação

O PAPEL DOS JORNAIS O ACRE E FOLHA DO ACRE NA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS EDUCACIONAIS DO ACRE NO GOVERNO HUGO CARNEIRO, DE 1926 A 1930.

Cleide Elizabeth Passos dos Santos - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

Ana Luce Galvão Moreira - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

Resumo

O presente trabalho, resultado dos estudos da disciplina História da Educação na Amazônia, ministrada pela professora [Dra. Andréa Maria Lopes Dantas, no Mestrado em Educação da Universidade Federal do Acre, objetiva analisar o papel dos jornais O Acre e Folha do Acre na organização do Ensino Primário durante o governo Hugo Carneiro, no Território Federal do Acre, no período de 1926 a 1930. A escolha deve-se ao fato de que os referidos periódicos apresentam informações relevantes para a análise dentro do recorte temporal em que se estrutura o Ensino Primário no Território do Acre. Buscou-se a partir desta pesquisa responder questões relativas à tipificação das escolas, horário e turno de funcionamento, quantas escolas, faixa etária de atendimento, matrícula, ano letivo, formação das professoras, escolha dos diretores, número de alunos, fonte de renda das famílias e organização curricular. Para referencial teórico foram escolhidos os autores estudados na disciplina História da Educação na Amazônia. As obras de Ivashita (2014), Silva (2015), Porto (1988), Damasceno, Lima e Silva (2013), Colares (2011), Dantas (2015) constituem elementos balizadores para análise dos objetos de estudo e produção textual deste trabalho

Introdução

O presente trabalho versa sobre a realização de uma pesquisa como requisito para obtenção da média final na disciplina de Educação da Amazônia, ministrada pela Profa. Dra. Andréa Maria Lopes Dantas.

Inicialmente fomos convidados para pesquisar na Hemeroteca Digital os jornais para que se conduzissem as pesquisas. As fontes de pesquisas foram os Jornais em circulação no Território Federal do Acre, no período compreendido de 1910 a 1950.

Estudar os elementos históricos de uma época é um grande desafio para a compreensão da história, costumes, cultura e modo de vida de uma sociedade. Toda a pesquisa concentra-se nos arquivos e requer muito esforço para entender a memória e as relações que se estabeleceram na época em que se dá a pesquisa.

Ao pesquisar o Território do Acre nos anos de 1910 a 1950 percebe-se a riqueza de material a ser explorado e estudado para uma maior compreensão e valorização desta terra que tanto tem para nos ensinar, como este pedacinho de Brasil lutou para se agregar as terras brasileiras.

Ocupado durante o primeiro ciclo da borracha, o Território do Acre era organizado em Três Departamentos Administrativos: Alto Acre, Alto Purus, Alto Juruá e Tarauacá. Os prefeitos eram nomeados pelo Presidente da República. O Território do Acre foi unificado no ano de 1920, por meio do Decreto Lei nº 14.383 de 01 de outubro de 1920, que passou a centralizar as ações governamentais e serviços públicos, especialmente os educacionais. Os documentos Oficiais tinham como objetivo regular todo o Território do Acre, rompendo com a organização anterior que era a departamental, ressaltando que o Governador era indicado pelo Presidente da República.

Nesta empreitada buscamos analisar como estava estruturado e organizado o Ensino Primário no Acre Territorial no período de 1927 a 1930, época em que teve como governador Hugo Ribeiro Carneiro. Assim pretendo analisar a organização e estrutura do Ensino Primário tentando descobrir tipificação das escolas, horário e turno de funcionamento, quantas escolas, faixa etária de atendimento, matrícula, ano letivo, formação das professoras, escolha dos diretores, número de alunos, fonte de renda das famílias e organização curricular, ao longo do período do mandato do governador Hugo Carneiro. Por esta razão, foi realizada uma pesquisa documental baseada nas seguintes fontes: Jornais do Acre publicados neste período (1927-1930), Regulamentos de Instrução Pública do Território do Acre, Atas, Relatórios, Decretos, Programas de Ensino e Portarias. Para referencial teórico foram escolhidos os autores trabalhos na disciplina Educação da Amazônia que são os seguintes autores: Ivashita (2014), Silva (2015), Porto (1988), Damasceno, Lima e Silva (2013), Colares (2011), Dantas (2015) e outros. A partir da análise dos documentos e das fontes pesquisadas constatamos que nos anos pesquisados houve um esforço para que políticas públicas estivessem voltadas para a organização e estrutura escolar de maneira que o Território do Acre atendesse as concepções de educação como garantia de direitos e formação de cidadãos.

Ao passo que ia desenvolvendo a pesquisa aumentava o encantamento pela História do Acre lida nos jornais e as descobertas se faziam fantásticas. Considerando tempo para realização do trabalho foi necessário fazer um recorte temporal de modo a obter informações mais claras e objetivas. Conforme nos diz Ivashita:

Primeiramente é preciso situar o seu problema de pesquisa, delimitar seu espaço de pesquisa, juntamente com o período de tempo que será considerado, para só então passar o inventário de quais podem ser as fontes de informação para responder à questão proposta (2014,p.72).

Importa que o problema direcione a escolha das fontes, possibilitando a resposta do que é investigado, possibilitando um recorte que amplie as informações dando sentido ao que é pesquisado. Segundo ainda Ivashita o ponto de partida não são as fontes e sim a pergunta.

3- Percurso da Pesquisa

Ao investigar o objeto de pesquisa, inicialmente, a principal fonte foi o site da Hemeroteca Digital: www.bndigital.bn.gov.br. A ferramenta possibilitou um vasto leque de temáticas investigativas sobre o Território do Acre. Ao passear pela história do Acre, na primeira etapa, foram várias as possibilidades de pesquisa. Dada a riqueza de temas que poderiam dar uma dissertação de Mestrado ou quem sabe uma tese de doutorado, definir o objeto de pesquisa não foi tarefa fácil. Nos debruçamos sobre horas de leitura até o segundo passo: escolher os jornais dentre os pesquisados: O Acre (1929-1972), Folha do Acre (1910-1946), O Cruzeiro do Sul (1906-1917), A Reforma (1918-1934), O Rebate (1921-1971), O Município (1910-1927) e o Alto Purus (1908-1918), delimitei os jornais O Acre e Folha do Acre por se ajustarem no período em que se destina a pesquisa.

Concluída esta etapa partimos para a escolha de uma temática que se aproximasse de nossos temas de pesquisa do Mestrado que é o Plano Municipal de Educação de rio Branco e o papel da imprensa periódica na organização dos serviços educacionais do Acre. Como um dos objetivos do PME é a qualidade da educação, universalização da Educação Básica e a plena garantia de direitos, ficamos a imaginar como seria o Ensino Primário no Acre Território, na época destinada ao meu horizonte de pesquisa.

A próxima tarefa foi delimitar o espaço temporal. Sabendo que o Acre era dividido por departamentos e em 1920 passou a ser unificado, decidimos trabalhar no período unificado, precisamente no período do governador Hugo Ribeiro Carneiro cujo mandato foi de 1927 a 1930.

Conforme destaca Dantas (2011):

É possível considerar que ao dar início ao processo de formação administrativa do Território do Acre é importante partilhar informações, reforçar procedimentos e, mais do que isso, estabelecer uma comunidade de leitores que acompanhem e chancelem as ações do poder político local, mantendo como perspectiva a defesa do Território e a inserção deste nas discussões nacionais a propósito de temas ligados a modernização dos serviços administrativos, da instrução, do comércio e da saúde pública ao mesmo tempo em que acompanham, nas páginas dos jornais, as notícias relativas ao cotidiano local e aos acontecimentos nacionais e internacionais. (DANTAS, p. 32, 2011).

Portanto, a questão agora seria a investigação da problemática do objeto da pesquisa. Como a educação envolve muito esforço e uma trajetória histórica de luta e desafios começamos a questionar como seria a estrutura e a organização das escolas naquela época, precisamente como seria o Ensino Primário? Qual a sua organização? Estrutura? Quais as questões específicas da Educação Primária? Como seria o Ensino Primário daquela época? Sim, porque o Acre era território, afastado dos grandes centros do Brasil, com poucos habitantes, em território amazônico e com uma vasta floresta. E a educação na Amazônia acontecia em tempo real e com garantias de ser organizada oportunizando aos educandos uma escola para estudar e diminuir os índices de analfabetismo que assolava o Brasil nas décadas de 20 e 30.

No que diz respeito à educação, Colares nos afirma:

Entendemos que para entendermos a educação, faz-se necessário situá-la no interior do movimento histórico da sociedade. Dessa forma, ao buscar raízes do nosso processo de desenvolvimento, podemos identificar melhor determinadas particularidades que adquirimos, assim como, perceber a ascensão e declínio nesse processo, com seus respectivos componentes e implicações para a educação (2011, p. 190).

Dessa forma, não devemos nos desvirtuar do foco da pesquisa e procurar outros estudos para uma maior compreensão do fenômeno educacional e de sua relevância para a sociedade, respeitando as relações, contextos e cultura. Para Colares (2014, p. 190) ao mesmo tempo cautela para que não percamos de vista as relações do singular com o universal, uma vez que o estudo do cotidiano desvinculado da história é uma mistificação.

Considerando-se que esta pesquisa é de cunho documental, têm-se como fonte teórica: Regulamentos da Instrução Pública (1922, 1927, 1930), Programas de Ensino (1926, 1930), Relatório de governo (Hugo Carneiro – 1930), Resoluções (nº 05/ 1930;nº 08/1930; nº 10/1930) e os jornais O Acre (Rio Branco) e a Folha do Acre (Rio Branco).

Os documentos foram escolhidos por apresentarem muitas informações sobre a estrutura e organização do Ensino Primário, o que permitiu fazer uma análise cuidadosa. Os autores escolhidos foram os estudados e discutidos na disciplina História da Educação na Amazônia, o qual a Professora utilizou a metodologia de debates e embasamento teórico fazendo a relação entre os textos estudados e a pesquisa a ser realizada como requisito para a nota final da disciplina.

Para além dos textos trabalhados nas aulas aprendemos a forma correta de se fazer pesquisa em História da Educação, o que nos oportunizou a ampliação de novos conhecimentos para análise do objeto de estudo escolhido. Caminhar pela história possibilita descobrir a pluralidade e a singularidade do que já foi vivenciado e que não se modificará, permite uma compreensão daquilo que já passou.

Como nos descreve Lopes e Galvão (2001, p.15):

O estudo da história proporciona uma abertura semelhante àquela obtida nas viagens. Nos dois casos, deparamo-nos com o "outro", no tempo e no espaço. Embora esse encontro não implique necessariamente, uma mudança no olhar do estudioso da história ou do viajante, tornando-o menos etnocêntrico, por exemplo, certamente o contato com o diferente pode possibilitar, por similitude e diferença, uma maior compreensão de si próprio e de sua cultura. O contato com o "outro" pode nos mostrar do quanto somos universais e, ao mesmo tempo, particulares. [...] No encontro com os personagens e paisagens que não são aquelas em que estamos imersos cotidianamente, deparamo-nos com um mundo diferente, original e, ao mesmo tempo, com o familiar, com o universal. Cabe-nos a sensibilidade, a disposição e a disponibilidade para, comparando, analisando interpretando, descobrir os quês e os porquês de outras épocas, de outros lugares, que, a um só tempo, parecem tão próximos e tão distantes daquilo com que lidamos a cada dia.

Conhecer mesmo que pouco o objeto ao qual se pretende pesquisar já é um grande passo para que se conclua uma pesquisa com resultados satisfatórios.

Comparar o Ensino Primário do passado ao que temos hoje verificamos que há uma grande diferença, pois para se compreender o Ensino Primário naquele período foi necessário um breve relato de como o Ensino Primário se implementou no Território do Acre.. Os relatórios nos jornais pesquisados ou documentos oficiais como Regulamento da Instrução Pública de 25 de março de 1922. Art.16, são os primeiros registros que descrevem como o Ensino Primário se consolidou no Território do Acre no ano de 1904.

[...] Só a partir de 1904, portanto, os prefeitos dos três departamentos em que ficou dividido o Território Federal do Acre, começaram a criar oficial e efetivamente as primeiras escolas urbanas e rurais. (NEVES, 2000, p.5).

O índice de analfabetismo na população do Território do Acre era muito grande, o que obrigava as autoridades do território a pensar em uma ou várias estratégias para diminuir o número de analfabetos. Desta feita surge a organização educacional, segundo o Regulamento da Instrução Pública:

O Ensino Primário e o profissional serão ministrados: 1º grupo escolares; 2º nas escolas agrupadas; 3º nas escolas isoladas e 4º nas escolas particulares (Regulamento da Instrução Pública do Território do Acre, 25/03/1922, Art. 16).

Nesta afirmação percebe-se que o Ensino Primário foi criado e oferecido a vários tipos de estabelecimentos de forma a atender a um número razoável de estudantes.

Os grupos escolares eram a representação da modernidade e contavam com muitos investimentos e financiamento para manter sua estrutura. Enquanto as escolas isoladas, chamadas de urbanas ou rurais e que atendiam no turno diurno e noturno eram as escolas que expandiam e multiplicavam a escolarização do Ensino Primário. Segundo a Resolução nº 27 de 1926 que antecede ao governo de Hugo Carneiro, as escolas agrupadas reuniam no mesmo prédio, sendo que as escolas isoladas próximas eram consideradas escolas de segunda categoria.

Neste cenário a implantação do ensino Primário no Território do Acre imprime uma preocupação na questão de sua estrutura e organização, especialmente a curricular que previa um direcionamento do que ensinar aos alunos em qualquer ambiente de ensino, desconsiderando as suas especificidades principalmente para as escolas isoladas e distantes, em que pese os grupos escolares, que dispunham de melhores condições, inclusive financeira.

Ao analisar os documentos da época observa-se que as concepções de educação iam para além de ler, escrever e contar. Pretendia-se uma educação primária que além de ensinar conteúdos preparasse o indivíduo para ser um cidadão com valores morais e patrióticos.

3.1- Objeto de Estudo

O maior desafio de uma pesquisa é fazer com que o leitor se sinta parte integrante do que está lendo, conseguindo fazer uma transposição para a época em que aconteceram os fatos, compreendendo o passado para se entender o presente.

Quando definimos estudar o Ensino Primário delimitando a pesquisa em sua estrutura e organização no Território do Acre não tínhamos a ideia ainda de quão rica seriam as informações e como seria mergulhar na história do Acre descobrir mundos de riquezas inexpressíveis para a comparação da época atual com a passada. Percebemos que havia muitas dificuldades mas também muita vontade de acertar. O apelo maior era para que as crianças frequentassem a escola. Havia na época muita desistência.

O jornal impresso oportunizou conhecer como a imprensa registrava os fatos, as lutas sociais por uma escola melhor e com garantia de direitos universais, como se portavam as autoridades perante os debates e definições políticas, valorizando o entendimento do objeto de estudo a ser analisado.

Os impressos representam significativamente mananciais de informações sobre o repertório de uma época e sobre os usos que dele faziam seus colaboradores. Nele se fazem presentes, projetos, opiniões, conflitos e debates, que apontam a complexidade dos interesses e experiências dos indivíduos e dos contextos em que se inscrevem (SILVA; NASCIMENTO, ZICA, 2010, p. 223).

Analisando os documentos oficiais percebemos que a concepção de educação vem alijada das necessidades sociais e das mudanças que a sociedade estava atravessando, os interesses dos representantes do povo, mas também a ação contundente de professores, diretores, intendentes de ensino e inspetores escolares na educação primária.

Aprofundando a pesquisa sobre o Ensino Primário neste período vamos à descrição e destaque dos aspectos, estrutura e organização da educação primária no período em 1927 a 1930 respectivamente na administração do Governador Hugo Carneiro.

O material analisado permite a divulgação dos dados obtidos, bem como registrá-los com segurança das fontes pesquisadas. A documentação original se encontra na página da Hemeroteca Digital.

Investigando o currículo aplicado no Ensino Primário na gestão de Hugo Carneiro e de acordo com a resolução nº. 06 de 01 de junho de 1930, que nos diz que ao longo do ano letivo havia disciplinas que eram obrigatórias no componente curricular, priorizando as disciplinas de: linguagem oral e escrita, aritmética, geografia, história do Brasil, ciências físicas e naturais, geometria e desenho, educação moral e cívica, trabalhos manuais, higiene e educação física. "Com objetivo a transmissão as crianças dos conhecimentos gerais indispensáveis" (Resolução nº. 06/1930).

Vale destacar, que havia uma valorização do componente curricular de Educação Física, que o próprio Governador se pronuncia a respeito da disciplina no relatório de Governo publicado no ano de 1930. O mesmo se manifesta com argumentos consistentes em defesa da disciplina de educação física destinada a crianças e adolescentes como componente indispensável a educação intelectual e moral. As aulas eram ministradas todos os dias do ano letivo.

Na Resolução n. 5/1930 determina a tipificação das escolas como: escolas ambulantes, escolas rurais, escolas urbanas, escolas noturnas e grupos escolares.

O mais curioso são as escolas ambulantes como nos diz a Resolução:

As escolas ambulantes serão criadas com o fim de melhor difundir pelo interior do Território a alfabetização e outros conhecimentos elementares imprescindíveis a qualquer indivíduo, inclusive noções rudimentares de higiene, educação cívica, agricultura, etc. (Art.11).

Em outra Resolução, o governo Hugo Carneiro cria uma escola ambulante para atender a um ilustre pedagogo chamado João Baptista Mello e Souza em uma demonstração de criar cargos para seus correligionários demonstrando uma velha prática da política brasileira. Como está explícito no Art. 1 da Resolução 10/1930: "Fica criada nesta data, com o fim de melhor difundir a instrução pelos habitantes do interior dos municípios uma escola ambulante, com a denominação de escola "Mello e Souza".

A justificativa era que a escola ambulante era aconselhável devido a geografia do território e instabilidade da população da região e objetivando obter um maior número de alfabetizados, o ilustre pedagogo era portador de valiosos trabalhos didáticos, sendo um benemérito patriótico em prol da alfabetização brasileira demonstrando um interesse especial pelo Acre.

O governo do território era responsável pelo ensino público que era ministrado pelo governo do Território e pelos governos dos municípios. Sendo o ensino primário, ensino normal, ensino técnico profissional e o ensino secundário custeado pelo governo do Território do Acre. O Ensino Primário era composto por quatro séries.

A faixa etária para a matrícula no Ensino Primário era de 07 a 13 anos, sendo que à criança que estivesse acima dos doze anos só era permitida a matrícula caso sobrasse a vaga nas respectivas turmas. O período de matrícula era nos quinze dias do período das férias regulamentares, o que ocorria por meio de editais afixados na porta dos estabelecimentos escolares e publicados.

No Art. 32 determinava que por ocasião da matrícula o candidato à vaga deveria ser submetido a exame médico para verificar se era portador de alguma moléstia que o impossibilitasse de frequentar a escola. E no parágrafo único: "Todo aluno será obrigado a se submeter à vacinação contra varíola".

O horário de funcionamento era de 7h30min às 11h30min com meio hora destinado ao recreio. Caso houvesse necessidade de funcionar nos dois turnos no período vespertino era das 15 horas as 17h30min. E no período noturno das 19 horas às 21 horas. Caso houvesse excesso de frequência, a escola poderia funcionar nos dois turnos. Entretanto, o habitual era funcionar apenas pela manhã de segunda-feira a sábado.

O ano se iniciava no primeiro dia útil do mês de março e o seu término era no último dia útil da primeira quinzena do mês de dezembro. As férias eram a partir do dia 16 de dezembro e seu término no último dia do mês de fevereiro. Férias para os alunos, pois os professores, caso quisessem aperfeiçoar seus conhecimentos deveriam fazê-lo no período de férias, fato hoje inadmissível por nossos professores.

Já, naquela época, era feita a progressão dos alunos ditos como avançados, o que era possível nos primeiros dias do mês de julho. A diretora junto com o inspetor de alunos verificava quais eram os alunos da primeira série que tinham condições de serem promovidos à classe imediatamente superior. A promoção dos alunos das séries posteriores era feita no mês de dezembro.

No art. 119 diz que o governador que aprovava o uniforme, o que nos demonstra um certo controle por toda a organização e estrutura por parte do chefe maior.

Cada grupo escolar era lotado com quatro professoras: uma adjunta e estagiárias, tantas quanto se fizessem necessárias para desempenhar um bom trabalho.

Nesse movimento, percebe-se um detalhamento minucioso dos elementos que constituíram a organização e estrutura do Ensino Primário na década de 30 no território do Acre, o que nos deixa mais atentos para não perder nenhum detalhe cuja importância se faz necessário para compreender a educação que ora é pesquisada.

A direção da escola era exercida por professoras catedráticas escolhidas por terem revelado maior mérito no ano anterior como assiduidade e aplicação pedagógica demonstrada pelo aproveitamento do aluno, além do seu interesse pela causa do ensino. A candidata ao cargo apresentava

memoriais dirigidos ao Diretor da Instrução Pública para que o mesmo deliberasse a respeito de qual professora deveria dirigir o grupo no ano seguinte, com a devida apreciação do governador. Caso ela não correspondesse ao que se esperava, era imediatamente substituída. Já as escolas urbanas eram dirigidas pela professora mais velha.

Outro fato interessante nesta pesquisa foi constatar como eram aplicadas as notas dos exames e como a nota estava atrelada ao comportamento do aluno. Caso se comportasse, tinha direito a um elogio, boas notas ou prêmio instituído. As notas de aplicação por bom comportamento caracterizavam-se por meio de graus de 1 a 10 que assim se classificavam: De 01 a 3 – má; 4 a 6 sofrível; 7 a 9 boa; 10 ótima e péssimo correspondia a zero. Os alunos que atingissem notas nos exames inferiores a nota 4 estavam destinados a reprovação. Sendo que um detalhe nos chama a atenção como a postura do professor que deveria ter cuidado de não exagerar no rigor e benevolência de modo a não prejudicar o aluno. Consta ainda na Resolução que não era permitido castigos físicos e nem a permanência do aluno após o horário de aula como forma de punição.

Outra grande descoberta foi a existência Conselho Municipal de Rio Branco, no ano de 1927, presidido pelo Intendente, Bacharel Marcilio Fernandes Bastos, devidamente comprovado por meio da Instrução Pública do jornal Folha do Acre.

O programa administrativo do governador Hugo Carneiro estava baseado na difusão do ensino primário, primando por reduzir o índice de analfabetismo, aumentar a presença nas aulas, pois na época era muito alto o índice de faltas nas escolas, obrigando o pai ou responsável a pagar multas, obrigando-os a manter a criança na escola.

Todo este movimento corrobora com os propósitos de que os educadores sempre pensaram uma educação que tivesse qualidade e que fosse para todos, respeitando as devidas proporções e situando o tempo de acordo com a realidade e as condições sociais, culturais e financeiras da época.

4. Resultados

Ao passear por estas informações foi possível verificar o esforço para que tudo fosse muito bem organizado e estruturado, com a finalidade de se oferecer um ensino de qualidade para as crianças do Território do Acre, com a intenção de diminuir as desigualdades da população e avançar para o progresso e crescimento do Acre.

No tempo em que havia uma febre ardente pelo progresso em todos os ramos e atividades humanas, a educação primária era vista como elemento fundamental para o desenvolvimento do cidadão e do Território do Acre.

Constatou-se que o mal maior era a ignorância enraizada no analfabetismo, pois investindo-se na educação estaria saneando este problema e assegurando uma melhor qualidade de vida para a sociedade acreana, autônoma e preparada para ser anexada como ente federado da nação brasileira.

Com esta pesquisa aprendemos, principalmente, que a história não é imutável, estática, mas que se movimenta com os elementos que estão presentes no texto, fotografias, documento oficial, jornais impressos etc. As fontes fazem a história que é construída por pessoas que acreditam no potencial do ser humano em qualquer época em que se viva. Pois o ontem já é uma história para ser contada no hoje.

5. Referências

Biblioteca Nacional: endereço; www.bndigital.bn.gov.br consulta todos os dias de 16/06/2017 à 12/07/2017

COLARES, A. A. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA. Questões de

Natureza Teórico-metodológicas: Críticas e Proposições. Revista HISTEDBR, nº especial, pg.190, Campinas.

Dantas, A.M.L. A Educação Secundária no Departamento do Alto Juruá (1904 a 1920): Entre o Desejo e a Possibilidade. Revista HISTEDBR, nº 62 maio/2015 p. 185-197, Campinas.

DANTAS, Andréia Maria Lopes. O 'Vozear' na Mata e a modernidade anunciada: Educação no Território do Acre através dos Jornais (1906-1930) Revista HISTBR On Line Campinas: Disponível em; Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

IVASHITA, S. B., Fontes para a história da Educação: a importância dos arquivos: revista HISTEDBR. Campinas, 2014, p. 72

LOPES, E. M.T.; GALVÃO, A.M.O. História da Educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 15.

NEVES, M. V. Breve história da luta pela educação no Acre. Governo do Estado do Acre. (Revista Maria Angélica de Castro, 50 anos), 2000.

SILVA, C.M.N.; NASCIMENTO, C.V.; ZICA, M.C. Imprensa e educação na segunda metade dos oitocentos. In: MIZUTA, C.M.M.; FARIA FILHO, L.M.; PERIOTTO,

M.R. Império em Debate: imprensa e educação no Brasil oitocentista. Maringá: EDUEM, 2010, p.223.

JORNAIS:

O Acre (1929-1972)

Folha do Acre (1910-1946)

O Cruzeiro do Sul (1906-1917) A Reforma (1918-19340

O Rebate (1921-1971)

O Município (1910-1927) O Alto Purus (1908-1918)

Programas de Ensino de 1926 e 1930.

Regulamento da Instrução Pública de 1922, 1926 e 1930.

Resolução n. 05 de 31 de maio de 1930.

_____ n.06 de 01 de junho de 1930.

_____ n.08 de 15 de junho de 1930.

_____ n. 10 de 04 de junho de 1930.